

De pernas para o ar, de trás pra frente

EUGÊNIO BUCCI - O ESTADO DE S.PAULO

02 Abril 2015 | 06h 03 - Atualizado: 02 Abril 2015 | 06h 14

Na abertura de um breve ensaio que leva o título de São Paulo, Claude Lévi-Strauss se recorda de uma boutade filosófica: "Um espírito malicioso definiu a América como sendo uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização". A caracterização serviria especialmente para as cidades do Novo Mundo, que vão "da frescura à decrepitude" sem ter tempo de amadurecer.

Hoje, um espírito menos corrosivo e mais otimista diria a mesma coisa sobre o segundo governo de Dilma Rousseff. O mandato da presidente está em plena decadência. Parece um malogro do avesso, um filme chato projetado no sentido inverso, do fim para o começo, frustrando a plateia, que aos poucos se vai retirando da sala. A sensação generalizada é uma só: o governo pôs o ponto final em seu epílogo antes mesmo de iniciar o prólogo.

O anedótico, o pitoresco e o bizarro se entrelaçam num palco de anomia e caos, a ponto de os melhores analistas em atividade baterem cabeça para sintetizar o que se passa. Abandonados pelas categorias convencionais da ciência política, alguns se socorrem no teatro do absurdo, tentando extrair humor de onde não conseguem extrair sentido. Há os que se sentem tentados a citar Karl Marx, dizendo que a História se repete como farsa, mas ficam mudos quando verificam que boa parte dos acontecimentos é perfeitamente inédita. Ninguém que não seja o ministro da Fazenda se arrisca a fazer previsões. Só o que se sabe é que a decadência que acabou de começar não tem hora para começar a acabar.

Está em curso uma epopeia ao contrário, uma saga sem heróis nem heroísmo, e seus sinais são diários e contundentes. Na segunda-feira, Dilma Rousseff apressou-se a declarar que o ministro Joaquim Levy (que não é Strauss) foi mal interpretado quando disse, como disse, que ela, Dilma, nem sempre "age da forma mais efetiva". Em outros tempos, o titular da Fazenda apenas levaria um pito ou um "até breve". Agora a presidente assimila a crítica, sorri e faz papel de bombeiro. É como se ela fosse subordinada a ele, e não o oposto. É como se Dilma dependesse mais de Levy do que Levy depende de Dilma. Vai ver, é isso mesmo.

Outro indício de que os acontecimentos se encadeiam numa cronologia invertida aparece nas relações entre o Planalto e o Congresso Nacional. Virou um chavão esse negócio de dizer que quem governa o Brasil é a dupla Eduardo Cunha e Renan Calheiros, que teriam o poder de fazer e desfazer ministros e ministérios. O primeiro, não nos esqueçamos, anunciou em primeira mão para o País, do alto de seu microfone na presidência de uma sessão plenária na Câmara dos Deputados, que Cid Gomes estava demitido do Ministério da Educação. Não é uma inversão desprezível. Antes, o Poder Legislativo gritava contra as ingerências vindas do Executivo. Agora, é o Executivo que tem de provar que é independente do Legislativo.

Que tipo de narrativa está em marcha? Como decifrar um espetáculo em que os atores principais mal conseguem ser espectadores e os espectadores podem ser protagonistas?

As interpretações baseadas na fórmula do homem cordial (Renan Calheiros, por exemplo) ajudam, mas não bastam. A promiscuidade patrimonialista entre o público e o privado é conhecida, mas não resolve o enigma. Dizer que as ideias estão fora do lugar soa brando demais. E também não adianta apostar no trocadilho de que o Brasil é um lugar fora de todas as ideias. As inversões em pauta são maiores, subvertem as cronologias, desautorizam o bom senso e nos põem cara a cara com um paradoxo de outra ordem-fora-de-ordem, na qual o negativo, o invertido e o contrafluxo constituem não uma exceção, mas a regra maior.

Sem nenhum culto exagerado de Macunaíma, é bastante razoável considerar a hipótese de sermos um país de caráter dissimulado, que vai para um lado como se fosse para o outro, com o carro na frente dos bois. No Brasil, a instituição da censura nasceu antes da instituição da imprensa: a primeira tipografia a operar regularmente nesta terra foi trazida pelas naus de dom João, em 1808, mas isso só depois da instalação da Mesa Censória na cidade do Rio de Janeiro. No Brasil, a Contrarreforma fixou residência muito antes de a

Reforma dar o ar de sua graça. Aliás, o ideário da Reforma só se tornaria uma realidade nacional no século 20, e não por obra de prelos protestantes, mas pelos milagres tecnológicos da televisão de sinal aberto.

E se você quiser retroceder um pouco mais, lembre-se de que, no Brasil, a cartografia precedeu o continente. O projeto de dividir a América do Sul é anterior à chegada de Pedro Álvares Cabral às costas brasileiras. O Tratado de Tordesilhas, de 1494, traçou uma linha de polo a polo, 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, e fez a partilha prévia: as terras do lado ocidental do meridiano pertenceriam aos reis de Aragão e Castela; o lado de cá ficaria para Portugal.

Não é por acaso que todos repetem: no Brasil o Estado nasceu antes de a sociedade existir, o que também é uma inversão constitutiva, por assim dizer. Tão constitutiva que talvez nos ajude a entender as razões pelas quais a política, por aqui, veio a ser a atividade daqueles que se associam para retalhar e repartir entre si a máquina estatal, essa carcaça cheia de dinheiro que chegou até nós vinda de fora para dentro.

Isto tudo posto, qual o problema de o governo Dilma viver o epílogo antes de escrever o prólogo? Aos nossos olhos, as narrativas que andam para a frente, mas deixam pegadas na direção oposta, como o Curupira, não deveriam ser surpreendentes. No meio da alegoria que aí está, em que foliões de ponta-cabeça contemplam com ares de descoberta o lugar de onde acabaram de sair, não nos contentemos em repetir que o Brasil não é para principiantes. Na apoteose do anticlímax, esperemos que Levy (que não é Claude) nos conduza à civilização.

***Eugênio Bucci é jornalista e professor da ECA-USP**